

Desenvolvimento econômico no Leste e no Sudeste Asiático, na segunda metade do século XX*

Jorge Miguel Cardoso Ribeiro de Jesus

Licenciado em Economia pela Universidade Lusíada de Lisboa, Pós-Graduado em Estudos Europeus (vertente econômica) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-BA).

Resumo

O objetivo deste artigo é descrever as principais características atinentes ao desenvolvimento econômico no Leste e no Sudeste Asiático, na segunda metade do século XX. Além das elevadas taxas de poupança e investimento, do crescimento das exportações, da estabilidade macroeconômica, da melhor distribuição de renda e da intervenção do Estado, constata-se a importância da abordagem histórico-política que integra o Leste Asiático numa única unidade de análise em relação ao desenvolvimento econômico. Conclui-se pela quase-impossibilidade de esse tipo de desenvolvimento — dadas as suas características únicas — ser repetido em alguma outra parte do mundo.

Palavras-chave

Economia asiática; desenvolvimento econômico; crise financeira.

Abstract

The main purpose of this article is to describe all main features, concerning Asian's East and Southeast's economical development on the second half of

* Artigo recebido em 10 out. 2005.

twentieth century. Apart from its high savings and investment's rates, its export growth, its macroeconomic stability, the enlanced output distribution and the Government intervention, we can establish the historical and political approach — that integrates Asian East as a single assessment unit in the economical Asian development. We can conclude that this kind of development almost reaches the impossibility limits of repetition in any other place global — Wise, given it's unique features.

Key words

Asian economy; economic development; financial crisis.

Classificação JEL: F02; F30; O11; O53.

Introdução

A expansão econômica de um número considerável de países asiáticos após a Segunda Guerra Mundial constitui o exemplo mais bem-sucedido, em toda a história, de industrialização e crescimento rápido por um período de tempo prolongado.

O objetivo principal deste artigo é descrever as principais características atinentes ao desenvolvimento econômico no Leste e no Sudeste Asiático, na segunda metade do século XX. No trabalho, investiga-se a trajetória de apenas uma parte dos países do Leste e do Sudeste Asiático, a saber: o Japão; os quatro Tigres (Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan); os países da associação das nações do Sudeste Asiático (Filipinas, Tailândia, Malásia e Indonésia), também conhecidos por Asean-4; e a China. Constata-se que o progresso econômico ocorrido em algumas nações asiáticas dificilmente será repetido mediante as suas condições particulares, nas mesmas circunstâncias, em qualquer outra parte do mundo.

Este artigo, além desta **Introdução**, apresenta as seguintes seções: na primeira, analisam-se os principais aspectos que estiveram na origem do milagre econômico asiático; na segunda, enunciam-se algumas críticas subjacentes ao tipo de desenvolvimento econômico ocorrido na Ásia; na terceira, descrevem-se os motivos que levaram à crise financeira do Leste e do Sudeste Asiático; na quarta, resenham-se os principais acontecimentos ocorridos desde a crise até à atualidade; e, por fim, apresenta-se a **Conclusão**.

1 - Desenvolvimento econômico no Leste e no Sudeste Asiático

1.1 - Abordagem histórico-política

Seguindo de perto a visão *world system* de Wallerstein (1974), a abordagem histórico-política integra o Leste Asiático numa única unidade de análise.¹ No entanto, na década de 60 do século XX, o desenvolvimento econômico circunscreveu-se exclusivamente ao Japão, alastrando-se aos quatro Tigres e aos países da Asean-4, a partir da década de 70. Contudo, até hoje, o *catching-up* japonês foi singular, em termos da distância econômica “percorrida” e na rapidez com que ocorreu.

A derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial destruiu, econômica e militarmente, o País, tendo os EUA ocupado o Leste e o Sudeste Asiático, visando, essencialmente, ao desmantelamento militar do Japão, mas, então, veio a Guerra da Coreia e o “salvou” (Cumings, 1993, p. 31).² Inicialmente, os EUA integraram separadamente o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan nas suas redes de comércio e poder. Porém a espiral de gastos com o bem-estar nacional e com as guerras externas agravou as contas públicas norte-americanas e, conseqüentemente, levou a uma aliança memorável. Na década de 60,³ os EUA

¹ Segundo Cumings (1987), o Leste Asiático foi estruturado numa única unidade, logo no começo do século XX, pelo colonialismo japonês em Taiwan e na Coreia. Após a Segunda Guerra Mundial, essa unidade foi reeditada, sob a hegemonia norte-americana, até o presente.

² Para os países em desenvolvimento, o acesso às finanças internacionais é decisivo para acelerar o crescimento do PIB e da industrialização. A Guerra da Coreia foi o “Plano Marshall” do Japão, dadas as encomendas de guerra que lhe foram feitas pelos EUA. Estima-se que, no período 1950-70, a ajuda norte-americana aos japoneses representou cerca de US\$ 500 milhões anuais (Borden, 1984, p. 220). A Coreia do Sul e Taiwan também se beneficiaram da ajuda econômica e militar dos EUA. De 1946 a 1978, de acordo com Cumings (1987, p. 67), a Coreia recebeu US\$ 13 bilhões (US\$ 600 *per capita*), e Taiwan obteve US\$ 5,6 bilhões (US\$ 425 *per capita*).

³ Como destaca Fiori (2001), a Guerra da Coreia, a Revolução Comunista na China, a invenção de Taiwan, o início da Guerra Fria e, posteriormente, o conflito vietnamita recolocaram o Japão como sócio menor das grandes potências capitalistas, mas sem qualquer poder militar. Para esse autor, as facilidades econômicas dos EUA à China, dado o apoio desta ao isolamento da ex-URSS, tiveram uma importância decisiva no grande crescimento econômico chinês a partir da década de 80.

incorporaram o Japão como intermediário⁴ do poder norte-americano e da mão-de-obra barata asiática, levando-o a se especializar na busca do lucro e a externalizar os custos de proteção, abastecendo o estado bélico-assistencialista norte-americano com produtos baratos (Arrighi, 1996). No início da década de 70, dada a crise do regime de acumulação norte-americano, os EUA começaram a pressionar o Japão, tendo em vista a revalorização do iene e a abertura da economia japonesa.

O sistema de subcontratação de múltiplas camadas permitiu ao Japão escapar da crise do regime de acumulação de capital das décadas de 70 e 80. Intensificaram-se os acordos de cooperação de longo prazo no interior das redes estáveis de grandes, médias e pequenas empresas, devido ao envolvimento das companhias comerciais *sogo shosha*⁵. Mas o aspecto principal foi a expansão transfronteiriça do sistema japonês de subcontratação de múltiplas camadas como “modo de produção” para o Leste Asiático, que, dada a sua oferta de mão-de-obra barata, abundante e flexível, permitiu ao Japão e aos demais países envolvidos crescerem mais do que em qualquer outra parte (Arrighi; Ikeda; Irwan, 1993).

A intensificação da competição das empresas japonesas no reinvestimento de lucros cada vez maiores, os salários cada vez mais altos, a apreciação do iene no início da década de 70⁶ e a necessidade de várias fontes supridoras de petróleo estiveram na origem da transferência das atividades de menor valor adicionado — essencialmente das indústrias de mão-de-obra intensiva — para a Ásia, principalmente para os quatro Tigres (Woronoff, 1984, p. 56).⁷

Na terminologia de Ozawa (1993, p. 130), assim que os quatro Tigres, em meados da década de 80, viram os salários aumentarem na extremidade

⁴ Essa intermediação japonesa não agravou o déficit fiscal dos EUA. Pelo contrário, os superávits comerciais do Japão não pioraram as restrições financeiras dos EUA, mas atenuaram-nas, pois, aos EUA, não era possível obter os meios de guerra e de subsistência, em qualquer outra parte do mundo, a preço menor que no Japão. Por isso, os EUA permitiram a política neomercantilista japonesa, com o câmbio, o crédito, as entradas de capital estrangeiro e as importações sendo controladas pelo Estado japonês. Na terminologia de Wallerstein (1979), tratou-se de um “desenvolvimento a convite”.

⁵ As *sogo shosha* tiveram um papel fundamental na distribuição dos produtos das grandes empresas.

⁶ Posteriormente, outras fortes apreciações do iene em relação ao dólar aceleraram o processo de transferência de atividades produtoras de mão-de-obra intensiva. Para Melin (1997, p. 53), de dezembro de 1975 a outubro de 1978, o iene cresceu de Y 305,7/US\$ para Y 183,95/US\$. Depois, no âmbito da “diplomacia do dólar forte”, o iene, entre setembro de 1985 e abril de 1986, apreciou-se cerca de 35%.

⁷ As pequenas e as médias empresas japonesas, nessa busca pela sobrevivência, contaram com o apoio das *sogo shosha* na escolha de uma parceira no país receptor do investimento externo direto japonês, para a formação de uma *joint venture*.

inferior do valor adicionado da produção industrial, as suas empresas juntaram-se às japonesas na exploração de mão-de-obra barata e abundante nos países da Asean-4. Em meados da década de 90, ao subirem os auferimentos na camada inferior do valor adicionado das economias da Asean-4, as empresas da Asean-4 acompanharam as empresas dos Tigres e do Japão em uma nova expansão industrial, em busca de uma mão-de-obra ainda mais populosa e menos dispendiosa, na China e no Vietnã. Mas os investimentos externos diretos em busca de mão-de-obra barata nada têm de novo. Foi a “informalidade” e a “flexibilidade” do sistema de subcontratação japonês que proporcionou uma vantagem competitiva mundial ao Japão e a todo o Leste e o Sudeste Asiático. No entanto, à medida que recebiam os investimentos diretos japoneses e dos outros países, as localidades com mão-de-obra barata especializavam-se na exportação de produtos intensivos em mão-de-obra para os EUA e, posteriormente, para o Japão e para os quatro Tigres, ficando patente a contínua dependência econômica e militar do Leste e do Sudeste Asiático em relação ao mercado norte-americano.

O modelo de Ozawa (1993) assemelha-se ao modelo dos gansos voadores de Akamatsu (1962), idealizado por esse economista em 1932. Porém existem algumas diferenças, observadas com exatidão por Rowthorn (1996), pois, nele, o país-líder (Japão), que inicialmente exportava e depois investia no país seguidor (ganso), dedicando-se a outras atividades, tecnologicamente mais avançadas e menos intensivas em mão-de-obra, não se tornava, primordialmente, o importador das exportações, intensivas em mão-de-obra, dos países seguidores (gansos), estando o papel de principal mercado dessas exportações reservado aos EUA.⁸

De meados da década de 90 até a atualidade, modificou-se o tipo de investimento direto externo japonês no Leste e no Sudeste Asiático. Hoje predominam as grandes corporações japonesas, com um maior poder de barganha em relação aos países que recebem os seus investimentos e com uma estrutura mais centralizada, por isso, mais dissociada dos modelos descritos anteriormente.

⁸ Para Rowthorn (1996, p. 7), se o papel do Japão, como país-líder, é questionável, a transmissão da industrialização entre os Tigres e os países da Asean-4 e entre estes e a China parece ser compatível com o modelo dos gansos voadores de Akamatsu. Donde, autores como Bagchi (1987) entendem que o Japão serviu mais como modelo para a ação estatal do que como mercado ou fonte de financiamento dos países do Leste e do Sudeste Asiático.

1.2 - Abordagem macroeconômica

O crescimento econômico no Leste e no Sudeste Asiático, na segunda metade do século XX, não tem precedentes em toda a História. Interessa, então, aquilatar as razões que estiveram na origem de tão impressionante progresso, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1

Taxa de crescimento médio anual do PIB no Leste
e no Sudeste Asiático — 1960-03

(%)

PAÍSES	1960-70	1970-80	1980-90	1990-95	1990-00	1990-03
Japão	10,9	5,0	4,0	1,0	1,3	1,3
Coréia do Sul ...	8,6	9,5	9,4	7,2	5,7	5,5
Cingapura	8,8	8,5	6,4	8,7	7,8	6,3
Hong Kong	10,0	9,3	6,9	5,6	4,0	3,7
Taiwan	9,2	9,7	7,1	5,9	5,8	4,9
Filipinas	5,1	6,3	1,0	2,3	3,2	3,5
Tailândia	8,4	7,2	7,6	8,4	4,2	3,7
Indonésia	3,9	7,6	6,1	7,6	4,2	3,5
Malásia	6,5	7,8	5,2	8,7	7,0	5,9
China	5,2	5,8	10,2	12,8	10,3	9,5

FONTE: WORLD DEVELOPMENT REPORT. Washington: World Bank, 1992.

WORLD DEVELOPMENT REPORT. Washington: World Bank, 2002.

WORLD DEVELOPMENT REPORT. Washington: World Bank, 2005.

HE, F. A reforma econômica da China: estratégias, sucessos e desafios. In: EXPERIÊNCIAS asiáticas: Modelo para o Brasil? Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003, p. 36. (Cadernos Adenauer, n. 4).

NOTA: PIB a preços de mercado.

A visão econômica mais ortodoxa é representada pelo documento **The East Asian Miracle**, publicado pelo Banco Mundial em 1993, segundo o qual, o notável desempenho econômico dessas nações se devia às seguintes razões: elevadas taxas de poupança e investimento (permitindo, assim, a obtenção de tecnologia de ponta); rápido crescimento das exportações (manietando, para tal, as taxas de câmbio), estabilidade macroeconômica (inflação moderada e contenção de déficits orçamentais); forte investimento em capital humano (o que acarretou uma alta qualidade dos recursos humanos); aumento do emprego e dos salários reais (e conseqüente diminuição da pobreza e uma melhor

distribuição da renda).⁹ O estudo também observou a tendência favorável à intervenção do Governo nos países do Leste Asiático.

Outras interpretações menos ortodoxas realçaram o papel crucial dos governos no “milagre econômico” do Leste e do Sudeste Asiático. Rodrik (1994), numa crítica à análise do Banco Mundial, destaca a ação dos governos no planejamento do crescimento do investimento através de medidas intervencionistas estratégicas.¹⁰ As indústrias locais foram alvo de protecionismo por parte do Estado, obtendo, assim, um mercado interno cativo, garantindo lucros elevados, que lhes permitiram altas taxas de investimento, produtos de melhor qualidade e, ainda, a conquista de mercados externos, estando, no entanto, obrigadas a cumprir determinados objetivos relacionados à exportação (Singh, 1997). Interessa, ainda, e numa perspectiva microeconômica, reconhecer a importância das empresas, das organizações e dos gerenciamentos no desenvolvimento econômico do Leste e do Sudeste Asiático.

Beinstein (2001) critica o autoritarismo produtivista sobre os trabalhadores, que possibilita controlar os salários e, assim, obter altas margens de rentabilidade para as empresas, diminuindo, então, a dimensão dos mercados internos e aumentando a dependência dessas economias em relação às exportações. Outro aspecto a salientar é o fato de quase nenhuma análise fazer referência às relações comerciais e políticas entre as economias asiáticas abordadas na seção anterior.

Em 1985, o iene apreciou-se muito em relação ao dólar, na seqüência dos acordos do Plaza. Logo, como já vimos, o Japão intensificou os investimentos diretos estrangeiros e as exportações de bens de capital para os quatro Tigres. Estes, ao manterem as suas moedas alinhadas ao dólar, aumentaram as exportações manufatureiras para os EUA, e foi esse superávit comercial com os EUA que lhes permitiu escapar da restrição do balanço de pagamentos, dados os déficits comerciais com o Japão. Até que, em 1987, as moedas dos quatro Tigres apreciaram-se em relação ao dólar, elevando os salários, obrigando esses países a se juntarem ao Japão em uma nova “rodada” de expansão industrial, em busca de mão-de-obra barata e abundante nos países da Asean-4 e, no início dos anos 90, na China e no Vietnã (Medeiros, 1997).

⁹ Seguindo os ensinamentos de Gershenkron (1966) e Moore (1967), os países asiáticos, no seu processo de modernização e industrialização, conseguiram evitar revoltas políticas, ao promoverem uma melhora no nível de emprego e na produção da agricultura (reforma agrária), contribuindo, assim, consideravelmente, para uma distribuição de renda mais igualitária.

¹⁰ Segundo Hirst e Thompson (1998, p. 175), “(...) o que é excepcional são as fontes políticas de uma mobilização de recursos, não as conclusões maçantes da teoria econômica”. Sobre o papel do Estado e das políticas públicas nas economias asiáticas, ver, por exemplo, Haggard (1990).

Na década de 80, os países em desenvolvimento foram afetados por quatro tipos de choques negativos: da demanda, dos termos de troca, das taxas de juros e da oferta de capital (Singh, 1994). No entanto e apesar de elevados déficits de transações correntes em alguns países do Leste Asiático, estes continuaram a ter acesso aos capitais internacionais,¹¹ ao contrário dos outros países em desenvolvimento. Por fim e dados os sucessivos déficits comerciais com os países do Leste e do Sudeste Asiático, os EUA, a partir do final da década de 80, começaram a exigir dos países asiáticos uma maior abertura comercial e uma liberalização financeira (da qual apenas a China escapou), o que, como se pode ver, veio a ter uma importância decisiva na segunda metade da década de 90.

A economia japonesa, devido a uma crise de investimentos especulativos, cresceu apenas um terço na década de 90, em relação ao que tinha crescido na década anterior. Em 1978, Deng Xiao Ping iniciou as reformas econômicas, que aumentaram, marcadamente, os níveis de crescimento econômico, até hoje, na China. A agricultura beneficiou-se de termos de troca favoráveis em relação à indústria e da liberalização da comercialização privada do excedente agrícola, o que impulsionou a produtividade agrícola e aumentou a renda dos agricultores, proporcionando a poupança, que financiou um investimento maior em toda a economia e permitiu a redução da pobreza e uma melhor distribuição da renda na década de 90 (Makino, 1997). As exportações, essencialmente intensivas em mão-de-obra, foram o elemento mais dinâmico da economia¹² e possibilitaram à China escapar da restrição do balanço de pagamentos no seu processo de desenvolvimento.¹³ A diminuição da propriedade estatal foi compensada pelo

¹¹ As explicações correntes afirmam que tal se deveu simplesmente à sorte. Elas entendem que ocorreu um efeito “manada” e um efeito “contágio”, isto é, os bancos internacionais agiram como se todos os países do Leste e do Sudeste Asiático tivessem as mesmas características em termos das suas contas externas.

¹² De acordo com Medeiros (1999), as exportações e os investimentos diretos estrangeiros permitiram à China importar máquinas e equipamentos, que foram essenciais para a modernização da economia. A criação das zonas econômicas especiais (ZEEs), além de objetivar atrair investimentos diretos estrangeiros, também visava atrair os capitais de Hong Kong e Taiwan, indo ao encontro da estratégia “um país, dois sistemas” de Deng Xiao Ping. Para Naughton (1995), as exportações chinesas, em parte, consistiram no processamento de importações contratadas com empresas locais por empresas estrangeiras, ou com empresas que tinham participação estrangeira com autonomia de exportação.

¹³ Segundo Medeiros (1999), as empresas vinculadas às ZEEs gozavam de liberdade cambial e de isenção de impostos. As outras empresas subordinavam-se à política chinesa de comércio exterior, protecionista, visando às exportações e ao desenvolvimento do mercado interno. Donde o autor conclui pela existência concomitante de um movimento de concentração de mercados e outro de descentralização do planejamento.

aumento da propriedade coletiva,¹⁴ em detrimento das propriedades privada e estrangeira.

2 - Crítica ao “milagre econômico” no Leste e no Sudeste Asiático

De acordo com a teoria neoclássica do crescimento econômico, este depende do aumento da utilização dos fatores de produção (trabalho e capital) e do aumento da produtividade, isto é, do aumento da produção por cada unidade do fator de produção utilizada. Os aumentos na produtividade ou o “progresso tecnológico” correspondem às alterações no processo de produção ou à introdução de novos produtos ou serviços.

Solow (1957), num estudo pioneiro, constatou que cerca de 80% do aumento da produção por trabalhador nos EUA, na primeira metade do século XX, se deveu ao aumento da produtividade total dos fatores, ou seja, aos avanços tecnológicos. Logo, Solow concluiu que o crescimento econômico baseado na expansão dos insumos capital (físico e humano) e trabalho estava sujeito a rendimentos decrescentes de escala; logo, no longo prazo, o crescimento econômico dependia do progresso tecnológico, isto é, do aumento da eficiência. Apesar de conseguir mensurar a produtividade total dos fatores através da diferença entre as taxas de crescimento do produto e as dos insumos utilizados, a economia neoclássica não conseguiu explicar os determinantes da produtividade total dos fatores (o resíduo de Solow), razão pela qual Solow a descreveu como a “medida da nossa ignorância”.¹⁵

Num famoso artigo, Krugman (1994) relembra que o crescimento econômico ocorrido na década de 60, na União Soviética (e nas suas nações satélites), se deveu quase exclusivamente a um aumento na utilização dos insumos, donde, posteriormente, dados os rendimentos decrescentes, essas economias viram o

¹⁴ A principal diferença entre a empresa coletiva e a empresa estatal está “(...) no funcionamento (nomeação de diretores, investimentos, produção, etc.), pois a empresa coletiva não depende de uma administração central, logo a propriedade pertence a uma coletividade, muitas vezes, uma administração local” (Ifri-Ramses, 1994, p. 245).

¹⁵ No final dos anos 80, a “nova teoria do crescimento”, ou “teoria do crescimento econômico endógeno”, procurou descobrir o processo pelo qual as forças de mercado privadas, as decisões de política pública e as instituições alternativas levam a padrões diferentes de progresso tecnológico. Romer (1994) salienta que o progresso tecnológico é um produto que está sujeito a graves falhas no mercado, porque a tecnologia é um bem público, que tem uma produção cara, mas uma reprodução barata. Devido a isso, os governos procuram, cada vez mais, proporcionar direitos de propriedade elevados para quem desenvolve novas tecnologias.

seu crescimento diminuir consideravelmente. Baseado nos trabalhos pioneiros de Lau e Kim (1993; 1994) e Young (1992; 1994), Krugman (1994) afirma que o crescimento nas economias do Leste e do Sudeste Asiático se deveu, principalmente, a um crescimento extraordinário dos insumos (trabalho e capital) e não a um aumento significativo da eficiência.

Para Young (1994), conforme os dados da Tabela 2, os países do Leste e do Sudeste Asiático apresentaram elevadas taxas de poupança, que foram utilizadas na qualificação da população, o que possibilitou aumentar a População Economicamente Ativa. O autor concluiu que, no futuro, essas ações iriam diminuir o crescimento, pois não era possível mobilizar, incessantemente, mão-de-obra cada vez mais qualificada. Young (1994) refere, ainda, que o crescimento da produtividade total dos fatores não foi superior ao registrado em outros países, durante períodos semelhantes de crescimento rápido,¹⁶ tendo sido até muito reduzido em Cingapura.

Tabela 2

Taxa de crescimento médio anual da produtividade total dos fatores nos Tigres Asiáticos, em períodos selecionados

(%)

DISCRIMINAÇÃO	HONG KONG (1966-91)	CINGAPURA (1966-90)	CORÉIA DO SUL (1966-90)	TAIWAN (1966-90)
Crescimento total	7,3	8,7	10,3	9,4
Crescimento do fator capital	3,0	5,6	4,6	3,2
Crescimento do fator trabalho ..	2,0	2,9	4,5	3,6
Crescimento da produtividade total dos fatores	2,3	0,2	1,2	2,6
Crescimento do PIB per capita	5,7	6,8	6,8	6,7
População Economicamente Ativa				
Inicial	38,0	27,0	27,0	28,0
Final	49,0	51,0	36,0	37,0
Ensino secundário ou superior				
Inicial	27,2	15,8	26,5	25,8
Final	71,4	66,3	75,0	67,6

FONTE: YOUNG, A.: **Tyranny of numbers**: confronting the statistical realities of the east asian growth experience. [S. l.: s. n.], Mar 1994. (NBER Working Paper n. 4860).

¹⁶ Segundo Young (1994), outros países com crescimento rápido apresentaram as seguintes taxas de crescimento anual da produtividade total dos fatores: Canadá, em 1947-73, 1,8%; França, em 1950-73, 3,0%; Alemanha, em 1950-73, 3,7%; Itália, em 1952-73, 3,4%; Japão,

Collins e Bosworth (1996), num estudo importante, apresentaram resultados semelhantes aos de Alwyn Young (1994), mas observaram um ganho mais rápido na produtividade total dos fatores no período 1984-94, levantando, então, a possibilidade de que a situação talvez estivesse mudando. Sarel (1997), embora com valores não muito diferentes dos de Collins e Bosworth (1996), deu-lhes uma interpretação mais otimista, negando, portanto, as conclusões de Young (1994). Por fim, Hsieh (1998), utilizando o mesmo método convencional de Young (1994), chegou a valores ligeiramente superiores para a taxa de crescimento da produtividade total dos fatores. Contudo não se pode retirar o mérito dos países do Leste e do Sudeste Asiático, de terem conseguido apresentar elevadas taxas de poupança e de as terem canalizado, de forma eficiente, para investimentos produtivos, que conduziram ao crescimento das suas economias.

Ao contrário dos Tigres Asiáticos, Krugman (1994) refere que o crescimento do Japão foi alicerçado mediante altos índices dos insumos e também da eficiência. Quanto à China, embora apresentando algumas dúvidas em relação à qualidade das estatísticas, o autor entende que, desde 1978, o crescimento chinês também se baseou em aumentos dos insumos e da eficiência, até porque partiu de um ponto muito baixo, devido à revolução cultural.

3 - A crise financeira no Leste e no Sudeste Asiático

Nos anos anteriores à crise financeira de 1997, os cinco países envolvidos (Tailândia, Filipinas, Malásia, Indonésia e Coreia do Sul) apresentavam condições macroeconômicas favoráveis. A inflação era baixa (inferior a 10%), as contas orçamentais estavam saudáveis e controladas, e as exportações eram elevadas,¹⁷ o que permitiria manter o crescimento econômico no caso de os

em 1952-73, 4,1%; Reino Unido, em 1955-73, 1,9%; e EUA, em 1947-73, 1,4%. Krugman (1999, p. 55) afirma que o estudo do Banco Mundial (1993) apresenta dados para a "mudança na eficiência técnica", permitindo constatar que a maioria dos países não estava fechando o "hiato da produtividade" em relação aos países desenvolvidos. Os números do crescimento anual da eficiência eram os seguintes: Hong Kong, 2,0%; Taiwan, 0,8%; Tailândia, 0,1%; Coreia do Sul, -0,2%; Indonésia, -1,2%; Malásia, -1,8%; Cingapura, -3,5%.

¹⁷ Segundo Eichengreen (1999a, p. 127), "Em 1994-1995, a taxa anual de crescimento das exportações da Malásia, das Filipinas, de Cingapura e da Tailândia atingiu máximos acima dos 30%, um número espantoso".

fluxos de capitais externos diminuiriam, dadas as estrondosas taxas de poupança e de investimento da região. No entanto, os fluxos de capitais internacionais compensavam os déficits em transações correntes e ainda permitiam aumentar as reservas internacionais na região, na primeira metade da década de 90.

Para o *mainstream* da política econômica, a crise financeira deveu-se à falta de transparência dos governos, à existência de sistemas bancários corruptos, ao relacionamento clientelista entre o governo e as empresas, que, assim, usufruíram de crédito fácil de bancos que desfrutavam de garantia governamental. Resumindo-se, a causa principal da crise financeira encontrava-se no “capitalismo clientelista”.¹⁸ No entanto, esse fenômeno já existia há muito tempo.

Contudo a principal razão da crise financeira da Ásia foram, por pressão dos EUA, dados os seus déficits comerciais com a região, as amplas liberalização e desregulamentação financeiras,¹⁹ que não foram acompanhadas por uma adequada supervisão,²⁰ a que estiveram sujeitos alguns países do Leste e do Sudeste Asiático. Logo, a enorme afluência de capitais especulativos de curto prazo, embora contrabalançasse os crescentes déficits de transações correntes, levou à apreciação cambial, tornando o regime de câmbio insustentável e provocando a fuga de capitais com o inerente colapso do câmbio e do preço dos ativos domésticos.²¹

¹⁸ Os investidores internacionais, sabendo da garantia governamental fornecida aos bancos, emprestavam dinheiro a companhias financeiras, que, depois de trocarem as divisas pelas moedas nacionais, voltavam a emprestar esse dinheiro, a taxas de juros mais altas, principalmente, para investimentos especulativos. O governo, segundo Krugman (1999), aumentava a oferta da moeda (e, conseqüentemente, o crédito), comprando as divisas, para manter o câmbio, aumentando, assim, as reservas internacionais. Quando o crédito levou ao aumento da especulação e das importações, os fluxos internacionais diminuíram, e os bancos centrais tiveram, nesse momento, de comprar moeda nacional (reduzir a oferta da moeda) com divisas, só que as reservas internacionais se esgotaram, e o banco central não tinha poder para emití-las, donde a crise do balanço de pagamentos ou monetária foi inevitável.

¹⁹ Por liberalização financeira entende-se um conjunto de regras que possibilitam o aumento dos fluxos de entrada e saída de capitais. Por desregulamentação financeira entende-se um conjunto de regras que liberalizam o controle governamental sobre o setor financeiro doméstico.

²⁰ Kaminsky e Reinhart (1996) salientam a importância da ocorrência de crises bancárias após liberalizações financeiras sem uma estrutura reguladora e supervisora adequada. Em 18 das 25 crises bancárias estudadas, o setor financeiro fora liberalizado nos cinco anos anteriores.

²¹ Para Radelet e Sachs (2001, p. 151-152), “Os bancos nacionais tornaram-se crescentemente vulneráveis por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, porque tomavam recursos em moeda estrangeira e emprestavam em moeda local, expondo-se ao risco de perdas em moedas estrangeiras causadas por uma eventual depreciação da taxa de câmbio. Em

Segundo Solomon (2001, p. 187), as taxas de juros de curto prazo, nos sete maiores países industrializados, baixaram de 8,7% em 1990 para 3,7% em 1996, contribuindo, assim, para o aumento de capitais internacionais de curto prazo (descomprometidos com o crescimento econômico) no Leste e no Sudeste Asiático, em busca de rendimentos financeiros de curto prazo mais altos.

No entanto, alguns acontecimentos, a partir de 1995, agravaram a fragilidade financeira externa da região. As taxas de juros de longo prazo japonesas aumentaram, em 1997, de 2,0% para 2,5%. De 1995 a 1997, o dólar apreciou-se muito em relação ao iene, acarretando uma redução drástica nas exportações dos países do Leste Asiático, que não depreciaram as suas moedas em relação ao dólar. Além de as exportações para o Japão terem diminuído,²² elas também diminuíram para a Europa (dado o lento crescimento desta) e para os EUA, devido ao aumento da concorrência chinesa, que dispunha de uma mão-de-obra barata e uma moeda desvalorizada. Por outro lado, a demanda mundial por produtos eletrônicos (semicondutores, em particular) decresceu.²³ Logo, a redução das exportações agravou os déficits de conta corrente, o que originou uma maior entrada de investimento de portfólio (especulativos), provocando uma sobrevalorização das moedas asiáticas, tornando-as totalmente dependentes dos capitais externos de curto prazo.

Tendo a Tailândia os maiores problemas de sobrevalorização e de insolvência de alguns bancos e empresas, a fuga de capitais de curto prazo levou à desvalorização do *baht* tailandês em julho de 1997. Para Krugman (1999), o *baht* deveria ter desvalorizado 15%, mas desvalorizou muito mais²⁴, devido ao pânico financeiro. Dez dias depois da primeira desvalorização do *baht*, o peso filipino desvalorizou, seguindo-se, depois, as desvalorizações da rúpia indonésia, do *ringgit* malaio e do *won* coreano, levando, em poucos meses, à saída de um

segundo lugar, porque, na medida em que os bancos tomavam empréstimos de paraísos fiscais com vencimentos de curto prazo e transferiam esses recursos internamente para recebimento a longo prazo, estavam expostos ao risco de uma corrida bancária". Além disso, era evidente a possibilidade de uma "crise de risco moral". Seguindo o modelo de Akerlof e Romer (1994), era notória a existência de riscos excessivos dos bancos, que ganharam acesso aos depósitos domésticos e estrangeiros, em virtude da garantia do Estado sobre esses depósitos.

²² No âmbito da dinâmica regional asiática, os investimentos diretos estrangeiros japoneses, bem como as suas exportações de bens de capital para o Leste e o Sudeste Asiático, baixaram, acarretando perda do dinamismo regional, referida na abordagem histórico-política.

²³ Conforme Radelet e Sachs (2001, p. 147), o crescimento das exportações, medidas em dólares correntes, para os cinco países afetados pela crise caiu de uma média de 24,8% em 1995 para 7,2% em 1996 e mais ainda no início de 1997.

²⁴ O *baht* caiu 20% frente ao dólar em julho de 1997 e mais 25% em dezembro do mesmo ano.

total de US\$ 105 bilhões dos cinco países, o que representava cerca de 11% do seu PIB, evidenciando, então, o modelo de pânico financeiro de Diamond e Dybvig (1983),²⁵ em que os investidores (especuladores) internacionais, acometidos de um pânico autovalidável, não levaram em consideração as características diferentes das diversas economias.

Os programas de ajuda do FMI agravaram a recessão e exacerbaram o pânico financeiro ao contraírem o crédito doméstico, aumentarem as taxas de juros, encerrarem as atividades de bancos em dificuldades e exigirem a austeridade fiscal. Para Radelet e Sachs (2001), os bancos com problemas poderiam ter sido colocados sob alguma forma de intervenção, protegendo os depositantes, permitindo aos bons devedores o acesso ao crédito, minorando a recessão e atenuando o pânico financeiro. O FMI argumentava que as taxas de juros mais altas levariam à apreciação (estabilidade) cambial, e isso traria benefícios maiores que os custos de produção no curto prazo. Mas as moedas não se apreciaram, levando Radelet e Sachs (2001) a afirmarem que tal pode ter aumentado o pânico financeiro e que, com taxas de juros muito menores, os resultados econômicos teriam sido muito superiores, e as desvalorizações, modestas, dada a desfomentação do pânico financeiro. O FMI contrapunha, afirmando que taxas de juros baixas levariam à hiperdesvalorização e à hiperinflação. A austeridade fiscal, sem qualquer comprovação científica, agravou a recessão econômica.

Stiglitz (2003), incisivamente, constatou que a liberalização dos mercados de capitais, defendida pelo Tesouro dos EUA e pelo FMI (ambos ao serviço de Wall Street), pretendia permitir aos investidores internacionais ganharem mais dinheiro e não levar a um maior progresso econômico na Ásia. Isso ficou bem patente, quando grande parte da ajuda internacional do FMI e de outros países e instituições internacionais funcionou como um empréstimo de emergência aos bancos internacionais, que tinham feito empréstimos às empresas e aos bancos asiáticos, alicerçados nas garantias governamentais, confirmando a essência pró-cíclica dos fluxos de capitais internacionais e negando o aumento da eficiência econômica dos fluxos de capitais, preconizada por economistas ortodoxos.

O Economista ortodoxo Jagdish Bhagwati (1998), num importante artigo, defendeu a adoção do controle de capitais nos países asiáticos, dado o aumento dos capitais especulativos, chegando ao ponto de citar trechos do Capítulo 12 da **Teoria Geral** de Keynes (1936). Bhagwati (1998) acusou o FMI de ter

²⁵ Logo, para Radelet e Sachs (2001), a crise não foi antecipada, senão os investidores internacionais teriam aumentado o prêmio de risco dos seus empréstimos e diminuído o prazo para o seu pagamento, o que não aconteceu.

como missão principal exigir e sustentar a abertura da conta de capitais dos países em desenvolvimento e atuar como banqueiro de última instância do Complexo Wall Street-Tesouro.²⁶ Krugman (1998), em setembro de 1998, instigou Mahathir, Primeiro-Ministro malaio, a impor controles de capitais, o que veio a acontecer pouco tempo depois. Por um ano, a Malásia impôs restrições à saída de capitais e baixou as taxas de juros, o que permitiu ao País reestruturar os bancos e se recuperar mais rapidamente.

Conclui-se que, em países em desenvolvimento, com mobilidade de capitais e fortemente dependentes de capitais externos, uma crise do sistema bancário nacional (devido a uma fuga de capitais externos), portanto, financeira, acarreta normalmente uma crise monetária, portanto, do balanço de pagamentos, devido, em geral, ao fato de os países optarem pela estabilização do sistema bancário em detrimento da estabilização da taxa de câmbio no manejo das reservas internacionais.²⁷

Taiwan impôs controle de capitais, tal como a China, cuja moeda, o iuane, não é conversível, impedindo, assim, a especulação contra ela, levando esses “dois países” a não serem gravemente afetados pela crise. A moeda chinesa estava, inclusive, desvalorizada, e o País recebia muitos investimentos diretos externos e poucos investimentos de portfólio, apesar da precária situação do sistema bancário da China.

4 - Da crise financeira até os dias de hoje

Desde meados da década de 90, no âmbito da abordagem histórico-política, ganharam importância as atividades da diáspora capitalista chinesa,

²⁶ Anos depois, Bhagwati (2004, p. 231) refere que Wade (1998), ao chamar-lhe Complexo Wall Street-Tesouro-FMI, restringe o seu significado, em vez de ampliá-lo, pois, para Bhagwati, “Tesouro” representa Washington. Para Bhagwati (2004, p. 231), Eichengreen (1999b), ao reformular a expressão para Complexo Wall Street, “(...) está a deixar de fora metade dos culpados!”

²⁷ Kaminsky e Reinhart (1996), na amostragem dos países que investigaram, descobriram que 24% das crises bancárias foram seguidas por crises do balanço de pagamentos no prazo de um ano, e 56%, no período de três anos. Frankel e Rose (1996) examinaram mais de uma centena de casos de grandes desvalorizações, em países em desenvolvimento, ao longo de duas décadas e descobriram que as quedas monetárias tendem a ocorrer quando cessam os ingressos de investimento direto, as reservas são baixas, o crescimento de crédito interno é alto, as taxas de juros em países industrializados sobem e a taxa de câmbio real é supervalorizada. Eles notaram que os déficits em conta corrente e os déficits orçamentais não são influentes numa quebra típica. Tudo isso pode aplicar-se à crise asiática de 1997-98.

revelando que a expansão transfronteiriça do sistema japonês de subcontratação foi sustentada não apenas por apoio político norte-americano “vindo de cima”, mas também por apoio comercial e financeiro chinês “vindo de baixo” (Hui, 1995). Dos dividendos, a diáspora chinesa (principalmente de Hong Kong e Taiwan), através de negociações financeiras e especulação, impulsionou o papel de Hong Kong como entreposto financeiro mundial e regional. Deng Xiao Ping, visando à melhoria da economia continental chinesa e à busca da unificação nacional de acordo com o modelo “Uma nação, dois sistemas”, criou condições favoráveis à entrada, na China, do capital excedente da diáspora chinesa. Portanto, a China parece emergir como o principal agente da expansão asiática, descrita pelo modelo de Ozawa (1993).

O crescente comércio intra-regional asiático poderá levar à formação consistente de uma associação comercial mais desenvolvida que a “Asean-4 + 3”²⁸. Contudo a experiência histórica, bem latente nos recentes conflitos diplomáticos entre a China e o Japão, assim como a oposição a essa associação do principal parceiro comercial, os EUA, podem obstar a esse desiderato.

De acordo com os dados das Tabelas 3 e 4, após a crise, os países em análise voltaram a crescer. Embora, de 1998 a 2004, o crescimento médio anual de todos os países (com exceção das Filipinas) tenha sido inferior ao da década de 90, de 2000 a 2004²⁹ ele foi superior ao dessa década em alguns países (Japão, Hong Kong, Filipinas, Tailândia e Indonésia). Prevendo-se que, em 2005 e 2006, o crescimento seja ainda superior, infere-se que os países ainda não chegaram, de forma definitiva, a uma situação de rendimentos decrescentes de escala, ou, então, começaram a aumentar os seus níveis de produtividade total dos fatores.

²⁸ “Asean-4 + 3” são encontros entre os países da Asean-4, o Japão, a China e a Coreia do Sul, que ocorrem para debater a situação comercial dos seus membros.

²⁹ No final de dezembro de 2004, ocorreu uma tragédia natural, o Tsunami, que afetou alguns países analisados neste estudo. Mas, em termos da produção, a sua influência será diminuta. Na Tailândia, as seis províncias mais atingidas geravam cerca de US\$ 2 bilhões anualmente, cerca de 1,2% do PIB. Na Indonésia, as Províncias de Aceh e Sumatra representam US\$ 4,5 bilhões. Por isso, o Banco Asiático para o Desenvolvimento estima que o aumento do PIB poderá diminuir 0,2%.

Tabela 3

Taxa de crescimento médio anual do PIB no Leste e no Sudeste Asiático — 1970-04

(%)				
PAÍSES	1970-80	1980-90	1990-95	1990-00
Japão	5,0	4,0	1,0	1,3
Coréia do Sul	9,5	9,4	7,2	5,7
Cingapura	8,5	6,4	8,7	7,8
Hong Kong	9,3	6,9	5,6	4,0
Taiwan	9,7	7,1	5,9	5,8
Filipinas	6,3	1,0	2,3	3,2
Tailândia	7,2	7,6	8,4	4,2
Indonésia	7,6	6,1	7,6	4,2
Malásia	7,8	5,2	8,7	7,0
China	5,8	10,2	12,8	10,3

PAÍSES	1990-03	1998-04	2000-04
Japão	1,3	0,5	1,3
Coréia do Sul	5,5	4,6	5,4
Cingapura	6,3	3,8	4,6
Hong Kong	3,7	3,1	4,8
Taiwan	4,9	3,8	3,3
Filipinas	3,5	3,6	4,5
Tailândia	3,7	2,7	5,0
Indonésia	3,5	1,3	4,4
Malásia	5,9	3,4	5,1
China	9,5	8,2	8,5

FONTE: WORLD DEVELOPMENT REPORT. Washington: World Bank, 1992.
 WORLD DEVELOPMENT REPORT. Washington: World Bank, 2002.
 WORLD DEVELOPMENT REPORT. Washington: World Bank, 2005.
 HE, F. A reforma econômica da China: estratégias, sucessos e desafios.
 In: EXPERIÊNCIAS asiáticas: Modelo para o Brasil? Rio de Janeiro: Fun-
 dação Konrad Adenauer, 2003, p. 36. (Cadernos Adenauer, n. 4).
 ECONOMIA PURA. Ano 7, n. 71, maio/jun. 2005.

Tabela 4

Taxa de crescimento médio anual do PIB no Leste e no Sudeste Asiático —1997-06

(%)

PAÍSES	1997	1998	1999	2000	2001
Japão	1,4	-2,6	-0,2	2,3	0,2
Coréia do Sul	5,0	-5,8	10,7	9,3	3,0
Cingapura	8,4	0,4	5,9	10,3	-2,0
Hong Kong	5,3	-5,1	3,1	10,4	0,2
Taiwan	6,8	4,8	5,4	5,9	-1,9
Filipinas	5,2	-0,5	3,3	4,4	3,2
Tailândia	-1,8	-10,2	4,2	4,6	1,8
Indonésia	4,7	-13,2	0,8	4,8	3,3
Malásia	7,7	-7,4	5,8	8,3	0,5
China	7,8	7,8	7,1	8,0	7,3

PAÍSES	2002	2003	2004	2005 (1)	2006 (1)
Japão	-0,2	1,4	2,6	0,8	1,9
Coréia do Sul	7,0	3,1	4,6	4,0	5,2
Cingapura	2,2	1,4	8,4	4,0	4,5
Hong Kong	1,9	3,2	8,1	4,0	4,0
Taiwan	3,6	3,3	5,7	4,0	4,3
Filipinas	4,3	4,7	6,1	4,7	4,5
Tailândia	5,4	6,9	6,1	5,6	6,2
Indonésia	3,7	4,9	5,1	5,5	6,0
Malásia	4,1	5,3	7,1	6,0	6,2
China	8,3	9,3	9,5	8,5	8,0

FONTE: WORLD DEVELOPMENT REPORT. Washington: World Bank, 1992.

WORLD DEVELOPMENT REPORT. Washington: World Bank, 2002.

WORLD DEVELOPMENT REPORT. Washington: World Bank, 2005.

HE, F. A reforma econômica da China: estratégias, sucessos e desafios. In: EXPERIÊNCIAS asiáticas: Modelo para o Brasil? Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003, p. 36. (Cadernos Adenauer, n. 4).
 ECONOMIA PURA. Ano 7, n. 71, maio/jun. 2005.

(1) Previsão.

A maior parte dos países reestruturou o seu sistema financeiro. Novos controles foram estabelecidos, para evitar alavancagens e endividamentos de curto prazo por parte dos bancos e das empresas. As exportações, desde 1998, voltaram a crescer, assim como as importações, levando os países a apresentarem, sucessivamente, superávits no balanço de transações correntes, o que, associado ao regresso de capitais internacionais, tem levado à acumulação de reservas internacionais, conforme a Tabela 5. Em 2003 e 2004, as moedas asiáticas, com exceção do iene, variaram muito pouco em relação ao dólar. Nos últimos anos, a economia japonesa tem apresentado melhoras. A recuperação deveu-se, inicialmente, às exportações e ao investimento e, depois, ao consumo privado. Contudo, o aumento do preço do petróleo pode levar à menor procura dos produtos japoneses por parte dos países Asiáticos, que representam o destino de, aproximadamente, metade das exportações japonesas.

Tabela 5

Reservas internacionais de países do Leste e do Sudeste Asiático — mar./05

(US\$ bilhões)

PAÍSES	VALORES
Coréia do Sul	205,4
Cingapura	112,9
Hong Kong	122,4
Taiwan	251,1
Filipinas	13,8
Tailândia	48,5
Indonésia	35,2
Malásia	71,0
China	659,1

FONTE: ECONOMIA PURA. Ano 7, n. 71, maio/jun. 2005.

Apesar de tudo, as exportações do Leste e do Sudeste Asiático, embora com crescente composição industrial e densidade tecnológica, denotam carências sérias em matéria de pesquisa e desenvolvimento, conforme a Tabela 6. Por outro lado, as exportações asiáticas concentram-se em poucos produtos e em um número restrito de mercados, basicamente EUA e Japão e, em seguida, a própria demanda regional.

Tabela 6

Número de cientistas e engenheiros trabalhando em P&D no Leste
e no Sudeste Asiático — 1990-00 e 1996-00

(milhões de pessoas)

PAÍSES	1990-00	1996-00
Japão	4 960	5 095
Coréia do Sul	2 139	2 319
Cingapura	2 182	4 140
Hong Kong	93	93
Taiwan	-	-
Filipinas	156	156
Tailândia	102	74
Indonésia	-	130
Malásia	154	160
China	459	545

FONTE: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano**. Queluz: Mensagem, 2004.

A economia chinesa mostra, ainda, uma forte pujança, baseada numa demanda agregada interna consistente. Desde 1979, as exportações e as importações têm crescido a uma taxa anual média de 15%, dinamizando a economia. O déficit comercial com os países asiáticos é compensado pelo superávit comercial com os países industrializados do Ocidente. Não se pode esquecer a crescente desigualdade regional que assola a China. Os dois bancos estatais foram objeto de normas de supervisão prudencial mais rígidas, o que levou à prática de melhores concessões de crédito. Contudo o sistema bancário chinês ainda apresenta deficiências e enormes débitos irrecuperáveis, bem como um Banco Central com supervisão e fiscalização fracas. No entanto, dado que a indústria e os bancos são, majoritariamente, posse do Estado, não há o risco de uma contração do crédito como a que ocorre, em 1997-98, na Ásia. Por fim, mas não menos importante, ao manter controle de capitais,³⁰ a China sustentava,

³⁰ O próprio FMI deixou de lado seu entusiasmo pré-crise quanto à livre mobilidade do capital, conforme se subentende de um trabalho do FMI, de 2003, de Prasad *et al.* (2003).

através de um regime cambial fixo atrelado ao dólar,³¹ uma taxa de câmbio favorável às exportações e podia determinar as taxas de juros internas independentemente do sistema monetário internacional. Onde, de acordo com o triângulo da incompatibilidade de Mundell (1960), a China tinha taxa de câmbio fixa (em relação ao dólar) e uma política monetária independente, bem como imobilidade de capitais, estando protegida das influências do sistema monetário internacional. Portanto, com a flexibilização “parcial”³² do iuane em relação ao dólar em 21 de julho de 2005, podem-se prever algumas influências do sistema monetário internacional na China. Os superávits da balança de transações correntes podem levar à apreciação da moeda chinesa e à redução da inflação, mas a apreciação do iuane também pode prejudicar a competitividade da economia chinesa.

Para concluir, observando-se as Tabelas 7 e 8, os países do Leste e do Sudeste Asiático, sobretudo os países da Asean-4 e a China, ainda têm um longo caminho a percorrer em termos de desenvolvimento e melhoramento do nível de vida das suas populações.

³¹ Em 21 de julho de 2005, a China resolveu desatrelar a sua moeda do dólar. Essa paridade estava em 8,3 iuanes por dólar norte-americano. Prevê-se uma apreciação da moeda chinesa, podendo isso ter efeitos positivos no combate à inflação. Inicialmente, a China apreciou-a, em 2%, para 8,11 iuanes por dólar norte-americano. A partir desse momento, existirá uma flutuação administrada do iuane.

³² As autoridades chinesas decidiram que, diariamente, a moeda chinesa não pode variar mais de 0,3% em relação ao dólar norte-americano e 1,5% em relação a qualquer outra moeda. Por outro lado, a moeda chinesa vai passar a estar atrelada a uma cesta de três moedas, a saber: o euro, o iene e o dólar de Hong Kong. À luz do triângulo da incompatibilidade, a China ainda continuará protegida de “multas” das influências do sistema monetário internacional. Em 23 de setembro de 2005, o Banco Central da China decidiu que, no futuro, a moeda chinesa, diariamente, passará a poder variar até 3,0% em relação à cesta de três moedas (euro, iene e dólar de Hong Kong).

Tabela 7

Produto Interno Bruto e Produto Nacional Bruto de países do Leste
e do Sudeste Asiático — 2003

PIB E PNB	JAPÃO	CORÉIA DO SUL	CINGAPURA	HONG KONG	TAIWAN
PIB a preços de mercado (US\$ bilhões)	4 326,4	605,3	91,3	158,5	286,0
PNB <i>per capita</i> a preços de mercado (US\$)	34 510,0	12 020,0	21 230,0	25 430,0	13 139,0
PNB <i>per capita</i> a preços correntes (US\$)	28 620,0	17 930,0	24 180,0	28 810,0	-
PIB E PNB	FILIPINAS	TAILÂNDIA	INDONÉSIA	MALÁSIA	CHINA
PIB a preços de mercado (US\$ bilhões)	80,5	143,1	208,3	103,1	1 409,8
PNB <i>per capita</i> a preços de mercado (US\$)	1 080,0	2 190,0	810,0	3 780,0	1 100,0
PNB <i>per capita</i> a preços correntes (US\$)	4 640,0	7 450,0	3 210,0	8 940,0	4 990,0

FONTE: WORLD DEVELOPMENT REPORT. Washington: World Bank, 2005.

Tabela 8

População que vive com menos de um dólar por dia, em países do Leste e do Sudeste Asiático — 2001

PAÍSES	POPULAÇÃO	(%)
Japão	-	
Coréia do Sul	< 2,0	
Cingapura	-	
Hong Kong	-	
Taiwan	-	
Filipinas	14,6	
Tailândia	< 2,0	
Indonésia	7,2	
Malásia	< 2,0	
China	16,1	

FONTE: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano**. Queluz: Mensagem, 2002.

Conclusão

Observou-se, neste trabalho, a importância da abordagem histórico-política que integra o Leste Asiático numa única unidade de análise em relação ao desenvolvimento econômico, através da expansão transfronteiriça do sistema de subcontratação japonês como “modo de produção” para essa região, que, dada a sua oferta de mão-de-obra barata, permitiu ao Japão e aos demais países envolvidos crescerem mais do que em qualquer outra parte.

Além de elevadas taxas de poupança e investimento, rápido crescimento das exportações, estabilidade macroeconômica, forte investimento em capital humano e melhor distribuição de renda, o notável desempenho econômico no Leste e no Sudeste Asiático deveu-se à intervenção e ao protecionismo do Estado.

As principais razões da crise financeira na Ásia foram — por pressão dos EUA, dados os seus déficits comerciais com a região — as amplas liberalização e desregulação financeiras, não acompanhadas de uma adequada supervisão, a que estiveram sujeitos alguns países do Leste e do Sudeste Asiático.

Dadas as regras vigentes na Organização Mundial do Comércio, outros países em desenvolvimento não poderão utilizar muitos dos instrumentos protecionistas e intervencionistas de políticas industriais e comerciais utilizados pelas nações do Leste e do Sudeste Asiático.

Até hoje, os projetos nacionais neomercantilistas sempre tiveram, como uma das condições do seu sucesso, uma ordem hegemônica complacente, que já não existe mais. A China, na terminologia de Wallerstein (1979), foi o último convidado.

Referências

AKAMATSU, K. A historical pattern of economic growth in developing countries. **The Developing Economies**, v.1, n.1, Mar/Ago 1962.

AKERLOF, G.; ROMER, P. **Looting**: the economic underworld of bankruptcy for profit. [S. l.]: NBER, 1994. (Working Paper n.1869).

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. (The long twentieth century. London: Verso, 1994).

ARRIGHI, G; IKEDA, S.; IRWAN, A. The rise of east asia: one miracle or many? In: PALAT, R. A. (Org.). **Pacif-Asia and the Future of the World-System**. Westport: Greenwood Press, 1993, p. 41-65.

BAGCHI, A. K. East asian capitalism: an introduction. **Political Economy**, [S. l.: s. n.], v. 3, n. 2, 1987.

BEINSTEIN, J. **Capitalismo senil** — a grande crise da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2001. (El capitalismo senil: la larga crisis de la economia global. Buenos Aires, 2001).

BHAGWATI, J. **Em defesa da globalização**. Rio de Janeiro: Campus, 2004. (Defense of Globalization. Oxford: Oxford University Press, 2004).

BHAGWATI, J. The capital myth: the difference between trade in widgets and dollars. **Foreign Affairs**, v. 77, n. 3, May/June 1998.

BORDEN, W. **The pacif alliance**: United States foreign economic policy and japanese trade recovery 1947-1955. Madison: University of Winsconsin Press, 1984.

COLLINS, S.; BOSWORTH, B. Economic growth in East Asia: accumulation versus assimilation. **Brookings Paper on Economic Activity**, n. 2, p. 135-203, Fall 1996.

CUMINGS, B. The origins and development of the northeast asian political economy: industrial sectors, product cycles and political consequences In: DEYO, E. C. (Org.). **The political economy of new asian industrialism**. Ithaca: Cornell University Press, 1987, p. 44-83.

CUMINGS, B. The political economy of the pacif rim. In: PALAT, R. A. (Org.). **Pacif-Asia and the future of the world-system**. Westport: Greenwood Press, 1993, p. 21-37.

DIAMOND, D.; DYBVIK, P. Bank runs, liquidity and deposit insurance. **Journal of Political Economy**, n. 91, p. 401-419, 1983.

ECONOMIA PURA. [S. l.: s. n.], Ano 7, n. 71, maio/jun. 2005.

EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do Sistema Monetário Internacional**. Lisboa: Bizâncio, 1999a. (Globalizing capital, a history of the international monetary system. [S. l.]: Princeton University Press, 1996).

EICHENGREEN, B. Capital mobility: ties need not bind. **Milken Institute Review**, p. 29-37, 1. trimmest, 1999b.

FIORI, J. L. Lições que vêm da Ásia. In: — **Brasil no espaço**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 81-115.

FRANKEL, J.; ROSE, A. Currency crashes in emerging markets: an empirical treatment. **International Finance Discussion Paper**, Washington: [s. n.], n. 534, 1996.

GERSHENKRON, A. **Economic Backwardnes in historical perspective**. Cambridge: Belknap, 1966.

HAGGARD, S. **Pathways from the periphery: the politics of growth in newly industrializing countries**. Ithaca: Cornell University Press, 1990.

HE, F. A reforma econômica da China: estratégias, sucessos e desafios. In: EXPERIÊNCIAS asiáticas: Modelo para o Brasil? Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003, p. 33-61. (Cadernos Adenauer, n. 4).

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. (Globalization in question: the international economy and the possibilities of governance. Cambridge: Polity Press, 1996).

HSIEH, C. T. **What explains the industrial revolution in east Asia?** Evidence from factor Markets. [S. l.]: University of California at Berkeley, 1998. (Documento de Trabalho).

HUI, P. K. **Overseas chinese business networks: east asian economic development in historical perspective**. Tese (Doutorado em Binghamton)-Universidade Estadual de Nova Iorque, 1995.

IFRI-RAMSES. **Synthèse annuelle de l'activité mondiale**. Paris: Dunod, 1994.

KAMINSKY, G.; REINHART, C. **The twin crises: the causes of banking and balance-of-payments problems.** Washington: [s. n.], 1996. (International Finance Discussion Paper, n. 544).

KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and money.** London: MacMillan, 1936. (The Collected Writings of John Maynard Keynes, VII, 1973).

KRUGMAN, P. **Fortune**, [S. l.: s. n.], 7 set. 1998.

KRUGMAN, P. The myth of Asia's Miracle. **Foreign Affairs**, [S. l.: s. n.], n. 73, p. 62-78, nov./dez. 1994.

KRUGMAN, P. **Uma nova recessão?** O que deu errado; como entender a crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Campus, 1999. (The return of depression economics, New York: W.W. Norton, 1999).

LAU, L.; KIM, J. I. **The role of human capital in the economic growth of the east asian newly industrialized countries.** [S. l.]: University Stanford, 1993. (mimeo)

LAU, L.; KIM, J. I. The sources of the growth of the east asian newly industrialized countries. **Journal of Japanese and International Economies**, [S. l.: s. n.], v. 8, 1994.

MAKINO, M. Inter-regional disparities in China: welfare vs productivity. **Osaka city University Economic Review**, [S. l.: s. n.], v. 32, n. 1-2, 1997.

MEDEIROS, C. A. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização.** Petrópolis: Vozes, 1997, p. 279-346.

MEDEIROS, C. A. China: entre os séculos XX e XXI. In: FIORI J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis: Vozes, 1999, p. 379-411.

MELIN, L. E. O Enquadramento do iene: a trajetória do câmbio japonês desde 1971. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização.** Petrópolis: Vozes, 1997, p. 347-382.

MOORE, J. M. B. **The social origins of dictatorship and democracy.** London: Allen Lane, 1967.

MUNDELL, R. The monetary dynamics of international adjustment under fixed and flexible exchange rates. **Quarterly Journal of Economics**, [S. l.: s. n.], v. 74, p. 227-257, 1960.

NAUGHTON, B. **Growing out of the plan: chinese reform, 1978-1993**. Cambridge: Cambridge University, 1995.

OZAWA, T. Foreign direct investment and structural transformation: japan as a recycler of market and industry. **Business in the Contemporary World**, [S. l.: s. n.], n. 5, p. 129-150, 1993.

PRASAD, E. et al. **Effects on financial globalization on developing countries: some empirical evidence**. Washington: FMI, 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano**. Queluz: Mensagem, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano**. Queluz: Mensagem, 2004.

RADELET, S.; SACHS, J. O despontar da crise financeira do leste Asiático. In: KRUGMAN, P. (Org.). **Crises monetárias**. São Paulo: Makron Books, 2001. p. 121-179. (Currencies Crises. Chicago: The University of Chicago Press, 2000).

RODRIK, D. King kong meets godzilla: the World Bank and the East Asian Miracle. In: MIRACLE or design: lessons from the East Asian experience, Washington: Conselho de Desenvolvimento do Além-mar, 1994.

ROMER, P. The origins of endogenous growth. **Journal of Economic Perspectives**, [S. l.: s. n.], n. 8, p. 3-22, Winter 1994.

ROWTHORN, R. **East asian development: the Flyng geese paradigm reconsidered**. [S. l.]: Unctad, 1996. (Study, n. 8)

SAREL, M. Growth and productivity in asean Countries. In: HICKLIN, J.; ROBISON, D.; SINGH, A. (Org.). **Macroeconomic issues facing asean countries**. Washington: FMI, 1997, p. 366-395.

SINGH, A. **Growing independently of the world economy: asian economic development since 1980**. [S. l.]: Unctad Review, 1994.

SINGH, A. Acertando o passo com o Ocidente: uma perspectiva sobre o desenvolvimento econômico Asiático. **Economia e Sociedade**, Campinas: Unicamp, n. 8, p. 1-49, 1997.

SOLOMON, R. **Dinheiro em movimento**. Rio de Janeiro: Record, 2001 (Money on the move, Princeton: Princeton University Press, 1999).

SOLOW, R. Technical change and the aggregate production function. **Review of Economics and Statistics**, [S. l.: s. n.], n. 39, p. 312-320, 1957.

STIGLITZ, J. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2003. (Globalization and Its Discontentes. W. W. Norton, New York, 2002).

WADE, R. The asian crisis: the high debt model versus the wall street-treasury-mfi complex. **New Left Review**, [S. l.: s. n.], Mar/Apr, p. 3-23, 1998.

WALLERSTEIN, I. **The capitalism world-economy**. Cambridge: Cambridge University, 1979.

WALLERSTEIN, I. **The modern world-system**. New York: Academic Press, 1974.

WORLD BANK. **The East Asias miracle**. New York: Oxford University Press, 1993.

WORLD DEVELOPMENT REPORT. Washington: World Bank, 1992.

WORLD DEVELOPMENT REPORT. Washington: World Bank, 2002.

WORLD DEVELOPMENT REPORT. Washington: World Bank, 2005.

WORONOFF, J. **Japan's commercial empire**. Armonk; New York: Sharp, 1984.

YOUNG, A. A tale of the cities: factor accumulation and technical change in Hong Kong and Singapore. **NBER Macroeconomics Annual**, Cambridge: MIT Press, p. 13-54, 1992.

YOUNG, A. **Tyranny of numbers**: confronting the statistical realities of the east asian growth experience. [S. l.: s. n.], Mar 1994. (NBER Working Paper n. 4860).